

## Discurso de Posse do Conselheiro Adalberto Farias na presidência do TCE

“Excelentíssimo senhor Doutor Jarbas Vasconcelos, Governador do Estado de Pernambuco; Excelentíssimo senhor deputado José Marcos de Lima, presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco; Excelentíssimo desembargador Etério Galvão, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco; Excelentíssimo senhor Doutor Paulo Queiroz, Secretário de Governo da Prefeitura do Recife, nesta oportunidade, representando o Doutor Roberto Magalhães, prefeito da Cidade; Excelentíssima senhora Juíza Ana Maria Schuler, Vice-Presidente do Tribunal Regional do Trabalho; senhores Conselheiros do Tribunal de Contas, Ruy Lins de Albuquerque, Severino Otávio Raposo, Fernando Correia, Carlos Porto, Roldão Joaquim e Romeu da Fonte; Excelentíssimo senhor Romero de Oliveira Andrade, Procurador-Geral da Justiça do Estado; Doutor Aluísio Xavier, Presidente da Ordem dos Advogados em Pernambuco; Doutor Frederico Pinto Azevedo, juiz Federal de Pernambuco; Dr. Joaquim Dias, Procurador da República; senhores desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco; Doutor Luiz Arcoverde, Auditor Geral do Tribunal de Contas do Estado; Doutor Hilton Cavalcanti, Procurador-Geral do Tribunal de Contas do Estado; secretários de Estado; deputados federais; deputados estaduais; prefeitos; vereadores; conselheiros aposentados do Tribunal de Contas do Estado; demais autoridades aqui presentes ou representadas; meus senhores e minhas senhoras; meus caros servidores do Tribunal de Contas do Estado. Em sessão realizada em quinze de dezembro de mil novecentos e noventa e nove, por unanimidade, recaiu sobre meu nome a responsabilidade e a honra de dirigir esta Casa. Missão árdua, eu sei, mas sei também que não estou sozinho neste desafio. Tenho o privilégio de contar com as inteligências dos conselheiros Roldão Joaquim dos Santos, na Vice-Presidência; do Conselheiro Severino Otávio Raposo Monteiro, na Corregedoria Geral; do Conselheiro Romeu da Fonte, na Escola de Contas Públicas Professor Barreto Guimarães, além do apoio e capacidade de trabalho dos conselheiros Carlos Porto de Barros, a quem quero, neste instante, agradecer a referência elogiosa feita à minha pessoa, Ruy Lins de Albu-

querque e Fernando Correia, a quem homenageio, neste momento, pela brilhante e proffuca gestão. Meu reconhecimento, também, ao trabalho dedicado do Doutor Luiz Arcoverde, Auditor Geral, assim como do Procurador-Geral, Doutor Hilton Cavalcanti. Apraz-me ter assento neste Tribunal, que possui como traço característico a unidade do Conselho, fato que tem possibilitado o exercício pleno da harmonia e continuidade das sucessivas administrações. Vão-se oito anos, desde aquele radioso três de janeiro de mil novecentos e noventa e dois, quando ocupei este honroso cargo pela primeira vez. Volto hoje à presidência desta Corte, e, por certo, aquele Tribunal de Contas de mil novecentos e noventa e dois experimentou, em função das sucessivas e eficientes gestões, um processo de crescimento e qualificação que o destacam, atualmente, no contexto dos órgãos de controle em nosso País. Grandes diferenças nos separam daqueles tempos. Viviam-se o então incipiente processo de informatização desta Casa; a necessidade de realização de concurso público e capacitação dos novos servidores para suprir o quadro de pessoal; o início da descentralização, com a criação e inauguração das primeiras Inspetorias Regionais; a estruturação do Núcleo de Engenharia, dentre inúmeras outras ações, todas voltadas para conferir ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco o instrumental necessário para o cumprimento de suas atribuições constitucionais. Não cometeria o equívoco de afirmar que já atingimos o nível desejado para nosso aparelhamento, posto que vivemos um tempo em que a única certeza é a mudança e evolução constantes. Estagnar, hoje, é sinônimo de retroceder. Mas, avalio que dispomos do mínimo necessário para a realização das atividades relativas à fiscalização da gestão da coisa pública. Verifica-se contrariamente, grande similitude entre mil novecentos e noventa e dois e o tempo presente. Todas as alterações estruturais empreendidas nesta Casa derivaram da promulgação do Texto Constitucional de mil novecentos e oitenta e oito, que em muito reforçou o papel dos Tribunais de Contas. Hoje, de igual modo, as mudanças se impõem, em face do amplo processo de reformas constitucionais, ainda em curso. Vive-se a época do Estado reformado. As refor-

mas surgem a partir da incapacidade do Estado em atender às demandas sociais. Assim, as exigências e necessidades da sociedade devem condicionar a nova moldura do aparelho estatal. Nesse cenário, o papel do Tribunal cresce, uma vez que o dinheiro público e, portanto, sua aplicação, deve atender, inexoravelmente, ao interesse público. Novos institutos e conceitos são incorporados ao cotidiano da atividade pública. Antigas muralhas, antes intransponíveis, são implodidas. Questiona-se o funcionamento, e até a própria existência, de algumas instituições. Os Tribunais de Contas não estão imunes a esse processo de transformação. Devemos, com humildade, auscultar as críticas e os anseios da sociedade por um órgão de controle da coisa pública forte, independente, e que represente, de fato, a “mão forte” idealizada por Rui Barbosa. O querer da coletividade deve pautar o agir dos homens públicos. Estou convicto de que o objetivo maior a ser perseguido, neste momento, é dotar de maior eficácia as nossas ações e decisões. Deve haver indispensável correspondência entre o clamor nacional pela eficiência e economicidade na condução dos negócios do Estado e a ação efetiva dos Tribunais de Contas. O ano que passou foi profícuo, posto que fomos capazes de repensar a Casa, elaborar projetos e abrir perspectivas. Impulsionados por esta plataforma, é hora de apresentar resultados concretos, que só se materializarão a partir da ação coordenada e harmônica com todos os Poderes do Estado. O turbilhão das mudanças requer celeridade, passos neste sentido já foram dados. Na relação com o Poder Executivo, registramos a boa receptividade ao Programa de Modernização dos Tribunais de Contas – PROMOCONTAS, cujos recursos, graças ao compromisso assumido pelo Excelentíssimo senhor Governador, Doutor Jarbas Vasconcelos, deverão ser disponibilizados já no início de nossa gestão. Buscaremos, incessantemente, a atuação em parceria com o Ministério Público Estadual. É consenso entre estes dois órgãos constitucionais que suas funções se complementam. Procuraremos manter permanentemente aberto ao diálogo com o Poder Judiciário, imbuídos do espírito comum de combate à malversação dos recursos públicos, inclusive com o intuito da adoção de procedimentos de auditoria e julgamento mais céleres, que evitem odiosa figura da prescrição dos crimes cometidos contra a Administração Pública. Junto à Assembléia Legisla-

tiva do Estado, que tem sempre demonstrado sensibilidade na apreciação de nossos projetos, serão envidados todos os esforços para a aprovação das alterações necessárias na legislação, visando a tornar possível a eficácia plena de nossas ações. A aproximação com a sociedade, iniciada na gestão que se encerra, será também uma das nossas prioridades, pois é imperioso externar o que temos de melhor. As ações desenvolvidas e respectivos resultados obtidos serão devida e regularmente divulgados. Mas não é só isso. O cidadão terá tratamento adequado, dispondo de um canal permanente com esta Casa, visando identificar críticas e coletar informações a respeito da gestão dos recursos públicos. Sem olvidar a missão constitucional de fiscalizar a Administração Pública, reforçaremos a atuação pedagógica e preventiva. Neste mister a Escola de Contas Públicas Professor Barreto Guimarães assumirá posição de destaque, ao promover, em parceria com as diversas entidades representativas dos jurisdicionados, a exemplo da Associação Municipalista de Pernambuco - AMUPE e da União dos Vereadores de Pernambuco - UVP, os cursos e treinamentos que sejam indispensáveis à plena capacitação do servidor público. Desse esforço sinérgico resultará sem dúvida, o controle adequado e efetivo, por tantos almejado. Idéias e disposição para o trabalho não me faltam. Entretanto, será preciso muito mais. É condição indispensável para consecução destes objetivos o engajamento, o compromisso e a excelência dos trabalhos de todos os servidores deste Tribunal, corpo técnico de qualidades inquestionáveis, que se constitui nossa verdadeira força motriz. A vocês ofereço meu entusiasmo, que, nos dizeres de Pasteur: **“Nada é tão contagioso como o entusiasmo. Ele comove pedras, encanta brutos. Na verdade, nada se realiza sem ele”**. Senhoras e senhores, tomo para mim a oração de Salomão, que pediu ao Senhor sabedoria para julgar e para discernir entre o bem e o mal. E, reconhecendo as limitações da natureza humana, invoco as bênçãos de Deus sobre o nosso trabalho, pois assim expressa o Salmo 127: **“Se o senhor não edificar a casa, em vão trabalham os que a edificam; se o Senhor não guardar a cidade, em vão vigia a sentinela. Inútil vos será levantar de madrugada, repousar tarde, comer o pão que penosamente granjeaste; aos seus amados Ele o dá enquanto dormem.”** Muito obrigado.